



Déficit/Superávit do Exercício - com restrição	(20.290.146)	5.583.248
--	--------------	-----------

## DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT E SUPERÁVIT

	2015	2014
<b>(+) Receita Bruta</b>	<b>9.986.165</b>	<b>41.290.344</b>
<b>COM RESTRIÇÃO</b>		
Contrato de Gestão	8.000.000	37.950.000
Recuperação de despesas/resarcimento	251	45.100
Serviços prestados a terceiros	1.957.221	3.295.244
Doações e indenizações	28.693	-
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(96.921)</b>	<b>(153.028)</b>
ISSQN sobre faturamento	(96.921)	(153.028)
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>9.889.245</b>	<b>41.137.315</b>
<b>(-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão</b>	<b>(30.192.148)</b>	<b>(34.459.130)</b>
Despesas gerais e administrativas	(1.968.915)	(2.215.796)
Despesas com pessoal e encargos	(18.239.712)	(17.320.142)
Serviços de terceiros	(4.807.353)	(8.581.688)
Aluguéis e arrendamentos	(3.113.801)	(2.880.407)
Impostos e Taxas	(52.145)	(46.743)
Diárias	(524.355)	(975.647)
Passagens	(656.225)	(1.498.658)
Promoções e eventos	(69.468)	(216.593)
Outras Despesas operacionais	(92.412)	(54.038)
Depreciações e Amortizações	(667.763)	(669.419)
<b>(-) Despesas Operacionais - Outros Contratos</b>	<b>(1.671.355)</b>	<b>(2.599.879)</b>
Despesas gerais e administrativas	(53.219)	(3.662)
Despesas com pessoal e encargos	(393.624)	(670.434)
Serviços de terceiros	(473.267)	(1.308.280)
Aluguéis e arrendamentos	(55.243)	-
Impostos e taxas	(1.593)	-
Diárias	(22.914)	(140.428)
Passagens	(37.204)	(188.311)
Promoções e eventos	(10.305)	(286.491)
Outras despesas operacionais	(2.819)	(1.029)
Depreciações e amortizações	(1.293)	(1.244)
Perdas Estimadas de créditos - PECLD	(619.875)	-
<b>(=) Resultado Operacional Bruto</b>	<b>(21.974.258)</b>	<b>4.078.306</b>
<b>(+/-) Resultado Financeiro</b>	<b>1.684.112</b>	<b>1.504.942</b>
Despesas financeiras - contrato de gestão	(513.583)	(369.840)
Despesas financeiras - outros contratos	(42.581)	(36.731)
Receitas financeiras - contrato de gestão	2.034.067	1.704.085
Receitas financeiras - outros contratos	206.209	207.428
<b>Déficit/ Superávit do Exercício</b>	<b>(20.290.146)</b>	<b>5.583.248</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2015	2014
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Superávit/(Déficit) do exercício	(20.290.146)	5.583.248
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	669.055	670.663
Ajuste de exercícios anteriores	627.237	-
Perdas por baixa de bens inservíveis	3.750,00	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	619.875	-
<b>Variação nos saldos dos ativos:</b>		
(Aumento)/Redução em clientes	18.757.297	(11.242.241)
(Aumento)/Redução em adiantamentos	226.344	(855)
(Aumento)/Redução em títulos de capitalização	-	132.380
(Aumento)/Redução em outras contas ativas	6.190	(9.499)
<b>Variação nos saldos dos passivos:</b>		
Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(107.830)	135.035
Aumento/(Redução) em Fornecedores	31.319	268.867
Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(118.729)	(27.731)
Aumento/(Redução) em provisões contratos de serviços	(143.086)	157.278
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(241.301)	229.134
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>39.976</b>	<b>(4.103.721)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos:</b>		
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(97.650)	(129.955)
(-) Compra do Ativo Intangível	(27.951)	(35.444)
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(125.601)</b>	<b>(165.399)</b>
<b>Redução e aumento nas disponibilidades</b>	<b>(85.625)</b>	<b>(4.269.120)</b>
Caixa no início do exercício	13.409.936	17.679.056

Caixa no final do exercício	13.324.311	13.409.936
<b>Redução e aumento nas disponibilidades</b>	<b>(85.625)</b>	<b>(4.269.120)</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Déficit/Superávit Acumulados	Déficit/Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>24.684.834</b>	<b>5.837.739</b>	<b>8.417.608</b>	<b>38.940.181</b>
Incorporação do superávit 2013	5.837.739	(5.837.739)	-	-
Transferência para Reserva Técnica	1.667.199	-	(1.667.199)	-
Superávit do Exercício	-	5.583.248	-	5.583.248
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>32.189.772</b>	<b>5.583.248</b>	<b>6.750.409</b>	<b>44.523.429</b>
Incorporação do Superávit 2014	5.583.248	(5.583.248)	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	627.237	-	-	627.237
Transferência para Reserva Técnica	(2.203.889)	-	2.203.889	-
Déficit do exercício	-	(20.290.146)	-	(20.290.146)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>36.196.368</b>	<b>(20.290.146)</b>	<b>8.954.298</b>	<b>24.860.520</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em Reais)

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília-DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros. No ano de 2015, diante do cenário econômico nacional, ocorreu uma redução considerável das receitas do Centro oriundas de recursos públicos vinculados ao Contrato de Gestão. Essa redução diminuiu sensivelmente as possibilidades de crescimento e expansão, suprimiu o desenvolvimento de novos projetos pelo CGEE e afetou diretamente o orçamento geral, impondo a adoção de várias ações para redução de custos. A despeito disso, o Centro conseguiu cumprir a contento os compromissos contratuais fixados para o exercício. A expectativa é que nos próximos anos essa situação seja alterada e possa ser recuperada a capacidade de investimento em C,T&I e consequentemente restabelecidas as condições para que a Instituição possa responder as demandas maiores da sociedade brasileira.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2015 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o "Contrato de Gestão" elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao

processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2015. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa. O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2015	2014
Banco/Caixa - Contratos administrativos (com restrição)	36.786	22.573
Banco/Caixa - Contrato de Gestão (com restrição)	216	-
Aplicações Financeiras - Contratos Administrativos (com restrição)	1.816.124	1.939.631
Aplicações Financeiras - Contrato de Gestão (com restrição)	11.471.185	11.447.732
<b>Total</b>	<b>13.324.311</b>	<b>13.409.936</b>

Nota 5 - Contas a Receber - Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

	2015	2014
ANA - Agência Nacional das Águas	-	310.571
BAESA - Energética Barra Grande S/A	11.250	-
Campos Novos Energia S/A	11.250	-
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	5.000.000	32.558.150
LIGTH - Serviços de Eletricidade S/A	39.174	-
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	8.000.000	-
ME - Ministério dos Esportes	1.239.750	190.000
(-) Perdas Estimadas	(619.875)	-
<b>Total</b>	<b>13.681.549</b>	<b>33.058.721</b>





No ano de 2015 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Verificou-se que seria prudente o registro estimado dessa perda no valor correspondente a 50% das notas fiscais faturadas para o Ministério dos Esportes - ME relativas ao contrato nº 47/2012 correspondente ao montante de R\$ 619.875,00.

Nota 6 - Adiantamento a fornecedores: Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 266.309 (R\$ 163.093 - 2014).

Nota 7 - Imobilizado e Intangível: Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	2015	2014
<b>Imobilizado</b>			
Equipamento de Informática	20%	2.093.503	2.014.412
Instalações	10%	563.602	563.602
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.576	66.576
Móveis e Utensílios	10%	653.190	653.190
Equipamentos de Audio-visual	20%	354.400	342.169
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812	318.812
(-) Depreciações	-	(2.651.587)	(2.177.175)
<b>Subtotal do Imobilizado</b>	-	<b>1.398.496</b>	<b>1.781.586</b>
<b>Intangível</b>			
Sistemas Aplicativos - Software	20%	1.390.241	1.362.290
(-) Amortizações	-	(1.189.842)	(997.777)
<b>Subtotal do Intangível</b>	-	<b>200.399</b>	<b>364.513</b>
<b>Total do Imobilizado e Intangível</b>	-	<b>1.598.895</b>	<b>2.146.099</b>

Nota 08 - Fornecedores: Seguem os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2015	2014
Caixa de Assistência Social da FIPECCO	79.761	-
Centro Empresarial Parque Cidade	39.519	-
EVERIS Brasília	-	55.920
EXCEN - Centro de Excelência em Eficiência Energética LTDA	20.000	-
FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	-	135.000
IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços LTDA	9.314	-
IComunicação Integrada EIRELLI - EPP	26.233	-
IEI-LA Escritório Regional do International Energy Initiative	56.000	-
IPEAD - Fundação Inst. de Pesquisas Econômicas, Adm. e Contábeis	-	75.000
Office Administração e Serviços	32.783	-
Plugar Informações Estratégicas S/A	40.045	-
PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do BB	245.597	-
RadioNet Consultoria Empresarial LTDA	-	16.000
RALEDUC - Tecnologia e Educação Ltda - EPP	-	227.500
Outros Fornecedores	27.225	35.738
<b>Totais</b>	<b>576.477</b>	<b>545.158</b>

Nota 09 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para o quadro do CGEE mantem-se em 2015 uma provisão para férias e encargos sociais na proporção de R\$ 1.238.442 (R\$ 1.357.170 - 2014).

Nota 10 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2015, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2015 o valor correspondente a R\$ 1.692.772 a título de provisão (R\$ 1.835.859-2014).

Nota 11 - Outras Contas a Pagar

	2015	2014
Ressarcimento - Pessoal Cedido (a)	28.322	24.764
Créditos a compensar (b)	51.162	47.625
Saldos bancários a compensar (c)	-	248.397
	<b>79.484</b>	<b>320.786</b>

a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropriou-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais. b) Créditos a compensar/Desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE. c) Saldos bancários a Compensar/Agendados - Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede as férias coletivas que ocorreram até 2014.

Nota 12 - Patrimônio Social Líquido: O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta, opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como "OS" visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador. De acordo com a Cláusula Quinta do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 8.954.298, neste exercício (R\$ 6.750.409-2014). 12.1 Ajuste de exercícios anteriores: No ano de 2015 o Centro realizou os seguintes ajustes referentes a exercícios anteriores:

Descrição	Data	Valor
Ajuste de exercício anterior do contrato nº 130/2014 que foi rescindido da SRGD Consultoria em Economia Ltda ME cfe. Termo de Rescisão e o rel. SCRT.306	30/04/2015	24.000
Devolução de recurso não utilizado MIT	16/07/2015	571.237
Baixa por rescisão do contrato nº 210/2013 do fornecedor Stallivieri e Gusmão Gestão Tecnologia	31/08/2015	32.000
<b>TOTAL</b>		<b>627.237</b>

Nota 13 - Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2015 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 8.000.000,00 (R\$ 37.950.000 - 2014), escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2015 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 1.957.221 (R\$ 3.295.244 - 2014). Demonstrados no quadro a seguir:

#### QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2015	2014
Embaixada Britânica-Energy	10.602	211.129
Ministério do Meio Ambiente - MMA	-	309.231
Ministério dos Esportes - ME	1.305.000	1.385.000
Ministério Desenvolvimento Ind.Com.Exterior	-	216.499
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG	-	95.242
Universidade DURHAM	8.206	23.545
ANA - Agência Nacional de Águas	-	934.048
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	-	120.550
AES Tietê S/A	61.674	-
BAESA - Energética Barra Grande S/A	30.837	-
CESP - Companhia Energética São Paulo	308.369	-
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	61.674	-
COPEL - Distribuidora S/A	30.837	-
COPEL - Geração e Transmissão S/A	30.837	-
Companhia Sul Paulista de Energia	39.174	-
ENERCAM - Campos Novos Energia S/A	30.837	-
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	39.174	-
	<b>1.957.221</b>	<b>3.295.244</b>

c) Receitas financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2015 uma receita financeira de R\$ 2.240.276 (R\$ 1.911.513-2014) conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.994.479	206.209
Descontos obtidos	39.588	-
	2.034.067	206.209
<b>Total Geral</b>	<b>2.240.276</b>	

Nota 14 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 32.419.666 (R\$ 37.465.581 - 2014), sendo R\$ 30.705.731 (R\$ 34.828.970 - 2014) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 1.713.935 (R\$ 2.636.611 - 2014) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 15 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Ação Civil Pública - Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 553.951,08 (quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e oito centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2015. c) Fiscalização - Constatam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.72272/2011-30 e 10166.72272/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.602.303,72 (um milhão, seiscentos e dois mil, trezentos e três reais e setenta e dois centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31.12.2015. d) Processos Administrativos - Constatam, em vias administrativas, junto ao Tribunal de Contas da União, os processos administrativos referentes às prestações de contas do Contrato de Gestão dos exercícios de 2005 e 2006 (TC020.653/2006-3 e TC020.217/2007-3 respectivamente). Os processos são acompanhados pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves Santos Júnior Advogados, que classificou as possibilidades de perda em 31/12/2015 como provável. e) Compromissos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.085.532 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 5.733.291, que não configura no resultado do exercício em 2015, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2015  
IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA  
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF  
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE  
Presidente do CGEE/OS  
CPF 096.769.418-32

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Centro"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração do Centro é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Organização Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Centro para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Centro. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

4. Base para opinião com ressalva - limitação de escopo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº.05, o Centro mantém valores a receber referentes ao Contrato de Gestão e Contratos Administrativos que em 31 de dezembro de 2015 montavam aproximadamente R\$ 13.682 mil. Realizamos o procedimento de circularização para confirmação de saldos dos valores registrados naquela data base e obtivemos as respostas dos valores referentes ao Contrato ao Gestor. Todavia, não obtivemos todas as respostas solicitadas referentes aos contratos administrativos. Quanto ao Contrato de Gestão, o Centro não recebeu os recursos em conformidade com o cronograma estabelecido em seus termos aditivos, embora o MCTI e a FINEP tenham confirmado a emissão de notas de empenho correspondente aos valores a receber registrados no montante de R\$ 13.000 mil, não se tem a garantia do recebimento, tendo em vista que o empenho em processamento poderá sofrer alterações sendo possível, inclusive, a sua não liquidação. Nesse sentido, não foi possível mensurar os efeitos nas demonstrações financeiras do desfecho desse tema, especialmente pela proximidade do encerramento do contrato de gestão em 30/06/2016. Com relação aos contratos administrativos nossa análise ficou restrita as informações contábeis apresentadas não sendo confirmadas pela integralidade por todos os clientes, sendo assim, não foi possível mensurar a necessidade de ajuste nas demonstrações contábeis.

5. Opinião com ressalva. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Ênfase - Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras, que descreve que os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão firmado originalmente em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. A administração do Centro entende que todo o patrimônio da instituição é passível da restrição legal prevista na Lei das Organizações Sociais nº 9.637/98 na determinação de que, na desqualificação ou extinção de uma Organização Social todo o seu patrimônio será revertido ao órgão fomentador ou para instituição similar, no entanto, esta poderá gerir os seus recursos aplicando-os nos seus objetivos sociais. Nesse contexto, o Centro faz a gestão dos recursos oriundos do contrato de gestão e depende operacionalmente do repasse destes para continuar operando. Tendo em vista, o prazo final para o término do segundo ciclo do contrato de gestão em 30/06/2016 o Centro dependerá, para dar continuidade as suas atividades, da realização de um novo contrato de gestão. Chamamos atenção para a Nota Explicativa 15 às demonstrações financeiras que dispõe sobre o processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa ajuizado pelo Ministério Público Federal, bem como sobre os processos administrativos, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, por descumprimento de obrigações principais e acessórias. Em 31 de dezembro de 2015, os referidos processos foram classificados pelos assessores jurídicos com possível possibilidade de perda e com valores estimados em R\$ 554 mil e R\$ 1.602 mil, respectivamente. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Brasília, 10 de fevereiro de 2016.  
MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S  
CRC DF-001326/O-4

RICARDO DA SILVA FARIAS PASSOS  
Contador CRC DF-015504/O-2

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Aos dezenove dias do mês de fevereiro de 2016, na sede do CGEE, foi realizada a quadragésima segunda (42ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado destacam a observação no relatório apresentando pela auditoria sobre o não cumprimento do disposto na cláusula 7ª do Contrato de Gestão que trata do limite de 60% para a realização de gastos com pessoal, decorrente da não efetivação da liberação financeira dos recursos previstos no 9º Termo Aditivo ao Contrato e parte do 8º em 2015 pelo MCTI.

Diante do exposto e, tendo por base as demonstrações do CGEE e dos pareceres dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016  
LAUDIR FRANCISCO SCHMITZ  
Conselheiro

ANTÔNIO ALBERTO PINHEIRO  
Conselheiro

#### RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, com vistas ao estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades na área de ciência, tecnologia e inovação. Desde 2002, o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. As atividades do Centro estão voltadas a subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação entre os atores de CTI, em particular entre aqueles dos setores público e privado. A agenda de trabalho do CGEE inclui atividades que são, de um lado, pactuadas com o Órgão Supervisor e inseridas em Plano de Ação Anual do Contrato de Gestão e, de outro, negociadas em contratos administrativos firmados com entidades públicas e privadas que atuam no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI. Para a execução da agenda anual de trabalho, o Centro mobiliza competências institucionais e individuais identificadas no País e no exterior de acordo com cinco Linhas de Ação: (1) Estudos, Análises e Avaliações; (2) Articulação; (3) Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI; (4) Disseminação de Informação em CTI; e (5) Desenvolvimento Institucional. Considerando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Centro no ano de 2015, as metas pactuadas no 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão foram atingidas nas cinco Linhas de Ação conduzidas pelo CGEE, em que pese os importantes ajustes feitos no quadro de pessoal do Centro, na redução das despesas de manutenção e na prorrogação de prazos de um pequeno número de Subações, em função da indisponibilidade de recursos para conduzi-las dentro dos prazos anteriormente acordados e a descontinuidade ou cancelamento de outras, a pedido da nova administração do Órgão Supervisor.

Registra-se um importante avanço no desenvolvimento da equipe técnica do Centro, com a incorporação, nas metodologias empregadas nos seus estudos, de um conjunto importante de métodos e ferramentas de trabalho, aumentando significativamente a capacidade do Centro para a realização de trabalhos de inteligência tecnológica e antecipação de desafios a serem enfrentados pela CTI nacional. O foco em projetos de natureza estruturante, associados às Atividades constante do Plano de Ação 2015, foi fundamental para que esse progresso fosse obtido. Dessa forma, a priorização pelo Conselho de Administração de projetos executados em 2015 deu origem a serviços e produtos disponibilizados para uso das equipes internas, mas com grande potencial de uso por equipes externas, em especial aquelas do próprio MCTI e suas Agências. Importantes trabalhos apresentaram avanços significativos no esforço despendido pelo CGEE e pelo Órgão Supervisor no estreitamento das relações do Centro com iniciativas de natureza estratégica em CTI no País, com destaque para os estudos sobre a demografia da base científica e tecnológica dos recursos humanos existentes no País e sobre a trajetória de formação destes recursos, desde a iniciação científica até o seu eventual doutoramento, em todas as áreas do conhecimento; o desenvolvimento de Indicadores de Inovação nas empresas brasileiras, a compreensão das questões estratégicas relevantes para o País em debate em fóruns internacionais sobre mudanças climáticas e desertificação e o aprimoramento de Plataformas Eletrônicas em CTI,

com destaque para a finalização da plataforma Aquarius com o uso pleno de softwares livres na sua concepção, conforme originalmente pensada. O ano de 2015 foi marcado, também, por uma substancial melhoria nos indicadores de disseminação dos conteúdos produzidos pelos trabalhos do CGEE e da relação do Centro com a mídia em geral. Foi igualmente muito bem recebida a forma de disseminação da pesquisa sobre a percepção pública da CTI junto à sociedade brasileira, feita no formato de um vídeo moderno, curto e de conteúdo denso, mas comunicado em linguagem acessível a qualquer público interessado no tema, e que teve grande repercussão na mídia de uma maneira geral. Outro destaque se refere à consolidação do Observatório de Tecnologias Espaciais, coroada com parceiros e interessados no Programa Espacial para dar a conhecer os serviços de inteligência providos de forma regular pelo observatório. Entre outros estudos finalizados ainda em 2015, destacam-se aqueles ligados à identificação de tecnologias para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e para a reorientação da governança do antigo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). A direção do Centro organizou um conjunto importante de reuniões com a direção e equipe técnica de várias instituições do SNCTI, com o objetivo de demonstrar a utilidade potencial dos novos métodos e ferramentas desenvolvidas. Esse roteiro de apresentações e debates incluiu: a equipe de planejamento do BNDES, a CAPES (Comissão de Avaliação da Pós-graduação e Conselho Técnico Científico - CTC), o CADE, o INMETRO, o INPI, a Presidência do CNPq e a FINEP, sempre com resultados animadores com vistas à incorporação dos produtos de inteligência estratégica em suas rotinas de trabalho. Na área de desenvolvimento Institucional, destacaram-se as ações voltadas para o aprimoramento dos indicadores de desempenho do Contrato de Gestão, pactuados no 9º Termo Aditivo, e a aprovação pelo Conselho de Administração do CGEE, das diretrizes para elaboração do Plano Diretor do Centro, cuja finalização está prevista para o início de 2016. Essas diretrizes levaram em consideração, entre outras orientações, o relatório final da Comissão Independente criada pelo Conselho, que teve o seu foco de análise voltado para a aderência dos trabalhos realizados pelo Centro em relação à sua missão institucional e para a avaliação da sua inserção no SNCTI, além de outros pontos relevantes para a sua sustentabilidade institucional. As providências tomadas pela Diretoria do Centro em atendimento às demandas oriundas dos Órgãos de Controle foram relatadas em reunião do Conselho de Administração realizada em dezembro de 2015 e detalhadas no Relatório Final do Contrato de Gestão.

Objetivando atender o disposto no § 1º do Art.12 da Portaria MCTI nº 967/2011, apresentamos os saldos acumulados do Contrato de Gestão - exercício 2015 a serem reprogramados para 2016.

Saldos Acumulados do Contrato de Gestão - Exercício 2015 - Quadro Resumo*	
Saldos de exercícios anteriores	32.193.038,07
Créditos Líquidos recebidos no exercício 2015	7.985.204,33
<b>Subtotal (A)</b>	<b>40.178.242,40</b>
Desembolsos/Dispêndios no exercício 2015	(30.163.569,55)
<b>Subtotal (B)</b>	<b>(30.163.569,55)</b>
Créditos a receber	13.000.000,00
Compromissos a pagar	(10.052.993,25)
<b>Subtotal (C)</b>	<b>2.947.006,75</b>
<b>Total (A-B+C)</b>	<b>12.961.679,60</b>
Ajuste a estorno de crédito (D)	52.943,96
<b>Saldo a reprogramar (A-B-C+D)</b>	<b>13.014.623,56</b>
<b>Composição:</b>	
Reserva Técnica	8.954.297,69
Saldo de ações a serem continuadas	7.929.033,40
Saldo de ações concluídas	(6.199.985,12)
Excedente financeiro a reapetuar	2.331.277,59
<b>Total Composição Saldo</b>	<b>13.014.623,56</b>

\*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2015.

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA  
Contadora do CGEE/OS  
CRC-TO 000 625/O-4 "S" DF  
CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE  
Presidente do CGEE/OS  
CPF 096.769.418-32

EDUARDO MOACYR KRIEGER  
Presidente do Conselho de Administração do CGEE/OS  
CPF 015.326.428-49

#### CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

##### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	3	31.392	48.478
Clientes	4	148.363	156.995
Estoques	5	1.679	-
Adiantamento de terceiros	6	140	509
Impostos e tributos a recuperar	7	982	256
Outros créditos		1.056	615
		<u>183.612</u>	<u>206.853</u>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		476	-

	8	19.448	17.305
Imobilizado		19.924	17.305
		<u>203.536</u>	<u>224.158</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2015	2014
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		2.610	2.349
Salários e encargos sociais	9	16.646	107.036
Obrigações fiscais	10	497	10.287
Provisão para contingências	11	740	177
Contrato de Gestão	12	1.106	1.106
		<u>21.599</u>	<u>120.955</u>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para contingências	11	170	170
		<u>170</u>	<u>170</u>